

FAMÍLIA E SOCIEDADE: UMA LEITURA VIRTUOSA E EM ENSAIO PELALENTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

FAMILY AND SOCIETY: A VIRTUOUS READING AND AN ESSAY THROUGH THE LENSES OF EDUCATIONAL POLICIES

Maria das Graças Soares Floresta¹

Jinx Vilhas²

Resumo

Este ensaio é resultado de um trabalho apresentado, em 2017, para docentes e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa. Traz algumas das principais ideias que temos sobre a relação Família e Sociedade e que foram expostas naquele momento: a principal temática que constitui o conteúdo do PPGED e, além disso, uma fotografia epistemológica da relação entre estudos sobre Políticas Públicas, Escola e a relação Família e Sociedade. O objetivo é fazer um registro e articular elementos que possam elucidar o tratamento dispensado à categoria Família, às interações entre a Família e a Sociedade e às Políticas Públicas no mundo contemporâneo. Por fim, elucidar duas dimensões: de um lado, as modificações por que passa a Família contemporânea em particular, no que se refere às suas relações com instituições centrais da formação dos sujeitos, como o é a Escola; de outro lado, os dispositivos bem organizados de sociabilidade, como as Políticas Públicas.

Palavras-chave: Sociedade. Família. Políticas Públicas

Abstract

This essay is the result of a presentation for professors and students of the Graduate Program in Home Economics (PPGED) of the Federal University of Viçosa in 2017. It brings some of the main ideas I have about the relationship between Family and Society and that I presented at that time: the main theme that constitutes the content of PPGED, and, in addition, an epistemological photograph the relationship between studies on Public Policies, School and the Family and Society relationship. The objective is to make a record of articulating elements that can elucidate the treatment given to the Family category, the interactions between the Family and Society and Public Policies in the contemporary world. Finally, elucidate two dimensions: on the one hand, there would be the modifications that the contemporary Family goes through, in particular, with regard to its relations with central institutions in the formation of subjects, such as the School; or with well-organized sociability devices, such as Public Policies.

Key-words: Society. Family. Public Policy.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Especialista em Supervisão Educacional pela Universidade Católica de Minas Gerais. Pedagoga pela UFV; Professora da Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Educação. Atua junto a Grupos de Estudo e Pesquisa nas áreas de Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Coordenou o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública e o Programa Nacional de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME), e outros Programas de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica Pública junto ao Ministério da Educação. Integrou a Comissão Nacional para Elaboração dos Referenciais Curriculares para as Licenciaturas Interdisciplinares do MEC. Foi Diretora do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFV.

² Cientista Social graduado pela universidade Federal de Viçosa, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado a partir da apresentação feita por um dos autores para o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (PPGED-UFV), por ocasião de uma Aula Magna no ano 2017. Naquele momento, o sentimento era de que havia um risco por estarmos diante de um coletivo representativo de um Programa de Pós-Graduação consolidado na comunidade acadêmica da UFV que tem produzido, difundido e aplicado conhecimentos de melhor qualidade sobre Família e Sociedade. Era tarefa das mais complexas. Também, porque o tema ali proposto não estava inscrito no rol dos assuntos pesquisados nos anos recentes. Apesar dessa preocupação, foram importantes esta tarefa e o caminho buscado para realizá-la. Assim, este artigo traz alguns dos principais elementos da fala naquele evento. Após o evento, o texto foi submetido ao outro autor, quando ainda era estudante do Curso de Ciências Sociais da UFV (hoje ele é Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP). O objetivo foi incorporar suas impressões e reflexões a respeito da temática da família, advindas, principalmente, do âmbito dos estudos de gênero e sexualidade, o que torna o texto mais apropriado e de melhor qualidade para publicação.

O conteúdo reunido neste trabalho, escolhido para ser um ensaio, portanto não nasce de alguma hipótese, problema de pesquisa, mas de uma reflexão do estado da arte da relação Família–Sociedade–Políticas Públicas. Abordamos dois aspectos apenas. Primeiro, achamos pertinente expor algumas das principais ideias que foram reunidas sobre a relação Família e Sociedade, a principal temática que constitui o conteúdo do PPGED-UFV ao qual se vinculariam, a partir daquele evento, os(as) mais novos(as) estudantes matriculados(as), também protagonistas daquilo que ali se produzisse como conhecimentos. Também, achamos que seria interessante uma “fotografia epistemológica” do que, juntos, conseguimos alcançar da relação entre nossas reflexões individuais sobre Família e Sociedade, Políticas Públicas Educacionais e Escola.

O texto está organizado em três seções, em que, na primeira, fazemos uma abordagem do tema Família e Sociedade, espaço de criações e de muitas possibilidades de produção de conhecimentos, em seus aspectos históricos, econômicos, tecnológicos, políticos, ambientais, sociais e culturais. Também, tentamos mostrar a importância e complexidade de articular elementos que clareiem o tratamento dispensado a essas categorias e às interações entre Família–Sociedade–Políticas Públicas–Escola no mundo contemporâneo. Na segunda seção,

estabelecemos um diálogo com Michel Foucault, ao utilizar os conceitos de Governo, Governabilidade e Governamentabilidade. Nessa oportunidade, destacamos o Sujeito como entidade social que não possui realidade pré-discursiva e que, portanto, não deve ser concebido como “desde sempre” nem como algo de formação certa e determinada, mas como alguém que cria sua intersubjetividade através das relações sociais que produz, participa e mantém, a exemplo daquelas experienciadas no ambiente da família. Esse processo, permeado por um jogo de fatores externos e internos, envolve também a produção de “certa” Alteridade. Aqui, vamos tratar ainda de uma discussão das políticas curriculares, das reformas educacionais, da sociologia do currículo e da economia política. Na seção final, denominada Considerações Finais, resgatamos os novos padrões de gestão da Educação e suscitamos novos efeitos do Poder através das estratégias normativas para reorganizar a Educação. Essas, como parte das novas relações institucionais, promovem uma regulação social não somente considerando o seu possível uso como planificação das práticas, mas também a partir da forma como organizam os acordos estruturados para obter determinado “tipo social”, um modelo de sociedade, uma “certa família”, uma função social para a Escola.

Nosso desejo é que este texto contribua para a elevação das importantes temáticas aqui reunidas e possa inspirar outros estudos e pesquisas, causando-lhes efeitos de amadurecimento e consolidação. Estes são os motivos que nos levaram à elaboração deste ensaio.

FAMÍLIA E SOCIEDADE – UMA LEITURA VIRTUOSA

De início, já queremos mostrar que temos, no aporte investigativo da relação Família–Sociedade, um virtuoso espaço de criações e muitas possibilidades de produção de conhecimentos, em seus aspectos históricos, econômicos, tecnológicos, políticos, ambientais, sociais e culturais. Por isso, carregamos a certeza da importância de sempre articular elementos que elucidem o tratamento dispensado à categoria “família” e às interações entre a Família, a Sociedade, as Políticas Públicas e a Escola no mundo contemporâneo.

Nossa leitura aqui está dedicada, inicialmente, a entender este “mundo” descrito por uma Teoria Social que anuncia um novo tempo. Tão globalizado quanto diverso, apresenta-se carregado de transformações e de um tom bastante nítido de ambiguidade. Os efeitos sutis de uma mundialização do capital (CHESNAIS, 1996, p. 24) globalizam não só a economia, os meios de comunicação, os mercados, as empresas, os bancos e os sistemas educacionais, traduzindo-se em uma nova hierarquização geopolítica que abarca, além do espaço da

Economia, outros importantes espaços. Globalizam, também, vozes e representações que os Sujeitos têm de si mesmos, sustentando uma relação que transita entre a realidade e as formas pelas quais essa realidade é representada. O nosso cotidiano é invadido por bens simbólicos, associados a uma produção imagética das coisas da vida e de nós mesmos, tão ideológica quanto autoritária. Tendências diversificadas caracterizam esse novo mundo: a mundialização da economia com o rompimento das barreiras econômicas, a fusão de empresas em favor da criação de grandes oligopólios e novas relações de produção, baseados no empreendimento cooperativo e monopolista; a ampliação do setor de serviços; a nova divisão social do trabalho e as formas mutáveis do trabalho; a recolocação das temáticas sociais; outras abordagens para a inteligência humana; métodos diferenciados de aprendizagem, a era da comunicação instantânea; e novas perspectivas de lazer, enfim, a produção de um novo ser humano, de uma nova Família.

Harvey (1996, p. 47), ao descrever a condição pós-moderna, procura determinar a mudança social e política que caracteriza esse novo mundo, cuja natureza fugidia e fragmentária está relacionada a uma ditadura de significados e de aparências, mudanças no espaço/tempo, que modificam o universo sociocultural humano. Para Chesnais (1996, p. 34-5), está acontecendo uma **tecnificação** do espaço sociopolítico e cultural; a sociedade vive uma globalização do cientificismo e da racionalidade, uma globalização da vida que supõe mais do que um mercado único para consumir ciência e tecnologia, cultura, educação. Comportamento e pensamento cada vez mais se universalizam, como também cada vez mais se universalizam o capital e as suas estruturas sociopolíticas. Não se trata de transformações periféricas ou superficiais, mas profundas; ainda que se mantenham algumas estruturas, há evidente instabilidade política e cultural muito mais acentuada que nos períodos anteriores, como a recriação das condições humanas, a vida e a produção de um novo contrato social, que se faz a partir de uma base material e de uma reorganização política, refazendo a síntese das relações da individualidade com a sociedade. Por não se tratar de mudanças somente na base material, mas na individualidade, mudanças no ser humano “em si” implicam mudanças na estrutura do sentimento e uma nova forma de compreender o mundo.

Embora nossa convicção de que há um novo mundo e novas pessoas, sabemos que, para dar conta deste tema, é necessário um bom e profundo lastro de pesquisa sobre a Família. Acreditamos que, nos últimos anos, fatores novos vêm levando ao aparecimento de novas estratégias para seu tratamento pelo Estado e pela própria Escola. A pesquisa educacional tem evoluído bastante na sua busca por superar as análises exclusivamente macros – sustentadas em dados estatísticos por si só, como se viu na Sociologia Clássica – e

vem tentando desenvolver estratégias que melhor permitam o conhecimento de processos e dinâmicas intrafamiliares, relações sociais internas e estratégias de administração social internas nos microcosmos familiar e escolar e naquilo que externamente os determina. Um promissor campo de estudos tem sido a chamada Nova Sociologia da Educação (NSE), que veio com outra dinâmica de compreensão dos resultados dos processos educativos nas instituições escolares e ressalta os interesses e valores envolvidos na seleção, organização e estruturação do conhecimento escolar e seus efeitos sobre as pessoas. Seus estudos têm mostrado como o conhecimento escolar se estrutura e se organiza de acordo com os interesses hegemônicos da sociedade. Essas relações de poder são as que terminam a seleção e organização do Currículo Escolar, o conteúdo dos livros didáticos, a definição dos descritores de aprendizagem, as estratégias de avaliação, o conteúdo dos programas e cursos de formação de professores etc. A nova perspectiva trazida pela NSE tem o mérito de desmascarar visões idealistas que veem o Currículo como algo desinteressante e neutro, mostrando que ele está inserido em relações dialéticas nas circunstâncias do cotidiano das relações pedagógicas e de cada Sujeito – os “sujeitos escolares”.

Apesar disso, parece que não contamos ainda com uma suficiente gama de estudos que, de modo mais consistente, elucidem, nesse momento do desenvolvimento da Sociedade, as questões de Família e Educação. Para nós, as respostas devem ser buscadas na interseção entre, pelo menos, duas dimensões de análise: a social e a sociológica. Para as políticas educacionais, essas análises são imprescindíveis. De um lado, estariam as modificações por que passa a Família contemporânea. Aqui abrimos um parêntese para falar dessa nova Família: está claro que se trata de um conceito em constante redefinição, afinal, se Timão e Pumba criaram Simba em “O Rei Leão”, filme campeão de público infantil e adulto por muitos anos – inclusive reeditado recentemente, explodindo novamente as bilheterias dos cinemas do país e do mundo –, por que, então, só aceitamos as famílias tradicionais?

Nesse ponto, é importante recobrar que, diferentemente desse modelo tradicional, monogâmico, heterossexual e nuclear, fundamentado basicamente em pai, mãe e filhos, o século XX foi palco de mudanças marcantes na sociedade ocidental, principalmente pelo surgimento de novos tipos de Família. De um lado estariam as modificações por que passa a família contemporânea, em particular no que se refere às suas relações com instituições centrais da formação dos sujeitos, como o é a escola; de outro lado estão os dispositivos bem organizados de sociabilidade, como os meios de comunicação. Há vários rearranjos feitos hoje para essas relações, e o capitalismo é uma das forças motrizes responsáveis por fazer e refazer esses arranjos. Mészáros (2005, p. 25) confirma que “uma reformulação significativa da

educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”.

Ainda que haja nos mais diversos meios de mídia um crescente aparecimento de configurações familiares e de pessoas cada vez mais diversas – negras e negros, pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBTs) –, é importante colocar em pauta ao menos três aspectos importantes em relação a este debate. Primeiro, o fato de que a mídia, por si só, não é produtora de cultura e de significados culturais. Filmes, desenhos, novelas e séries só são capazes de produzir novas reflexões e questionamentos a partir do momento que se relacionam com seu público: a mídia, além de servir de referência, é afetada por aquilo que pensam, dizem e fazem seus “espectadores”. Em segundo lugar, é necessário refletir sobre como os grandes conglomerados capitalistas, de mídia ou não, têm buscado incorporar as temáticas da diversidade em seu *marketing* e em suas estratégias de mercado, buscando maximizar seu rol de clientes e, portanto, os seus lucros. Isso, por si só, não serve de garantia para nenhuma suposta mudança estrutural atual ou futura das famílias ou de garantia para que pessoas LGBTs tenham os mesmos direitos que aquelas que correspondem a certo padrão social de heterossexualidade. É preciso compreender, portanto, como essas dinâmicas operam no contexto do capitalismo pós-industrial e dos regimes modernos de heterossexualidade compulsória ou, em outras palavras, como muitas vezes a chave da diversidade sexual e de gênero também pode desenvolver o jogo do capital – o que nos leva a um terceiro e último ponto.

Mesmo considerando uma diversificação das configurações familiares, é preciso ter em mente que a heterossexualidade, não enquanto prática sexual e, sim, enquanto regime político, exerce tensão, o tempo todo, sobre essas supostamente novas configurações familiares em direção à norma. Ainda que, por exemplo, um casal de homens homossexuais seja aceito em determinado contexto, ele só o é se operar de acordo com determinadas dinâmicas de conformação diante da ordem heterossexual estabelecida. Em outras palavras, dois homens gays, brancos e de “boa aparência” podem até ser aceitos em determinados contextos sociais e políticos, ao passo que uma família que fosse composta por uma mulher **trans** negra e um homem **trans** também negro dificilmente encontraria a mesma empatia.

O sistema político da família heterossexual é, ainda, nuclear. Melhor explicando, além de pressupor a existência de papéis masculinos e femininos dentro do contexto doméstico, pressupõe e prescreve que é dentro das fronteiras muito bem delimitadas do “lar” – um lar – e de um relacionamento monogâmico que a constituição de uma família é possível e, além disso,

desejável. Não são somente os relacionamentos entre pessoas heterossexuais que são tensionados a seguir esse regime heterossexual de organização familiar, porque esse regime é uma ideia idealizada e não factível na experiência real cotidiana de grande parte das pessoas. Em relação a isso, podemos considerar os dados referentes aos lares brasileiros, especialmente aqueles que mostram que, em determinados locais – como em bairros periféricos das grandes cidades, citando neste caso grande parte das favelas brasileiras, onde são as mulheres que cuidam dos filhos e sustentam as famílias –, a maior porcentagem das famílias são **monoparentais** chefiadas por mulheres, embora as sociedades capitalistas sejam patriarcais, razão por que as mulheres, muitas vezes, ocupam papel subalternizado em relação ao dos homens.

A própria Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) acompanhou fortes transformações na estrutura familiar do país. A família brasileira embasada pelo Código Civil de 1916 e inspirada na família romana, que tinha o poder exercido exclusivamente pelo homem, sendo todos os demais membros subordinados à sua autoridade, não existe mais. Com as mudanças sociais e legais, esse poder precisou ser exercido em cooperação com todos os componentes da família, criando-se espaços de compartilhamento de decisões, de escuta e de afeto. Nesse longo e árduo caminho de evolução, questões como a dos filhos ilegítimos, dos direitos das mulheres e dos divórcios até o chamado **pluralismo familiar** têm nos ajudado a romper com a ideia de família hierarquizada, patriarcal, patrimonialista e instituída apenas pelo casamento. Tal fato permitiu o surgimento de “outra família”, além da constituída pelo casamento entre um homem e uma mulher. Em outra ponta desta “corda” estariam as próprias razões internas ao pensamento sociológico e da economia política que vem reorientando seus objetivos e seus métodos e trazendo novas possibilidades quando se trata de dar conta de esferas micro e macro da realidade social.

Seria muito arriscado tentarmos estabelecer qual parte cabe a cada uma dessas duas dimensões na produção das novas abordagens de investigação, no estágio atual de nossas relações socialmente estruturadas e de nossos conhecimentos. Bem, considerando as formas pelas quais as transformações nas experiências dos sujeitos (individuais e coletivos) e as mudanças nas orientações da pesquisa sociológica, que se somaram para produzir uma nova conjuntura teórica, o que dá para fazer é apontarmos pistas para tentar responder à pergunta “O que e como pesquisar da relação família e sociedade que nos ajudaria na investigação sobre Políticas Educacionais?”. Esse é o nosso maior desafio.

Arriscamos aqui utilizar uma referência no campo da filosofia e da sociologia, recorrendo a Michael Foucault, quando nos mostra que a Família (quando existe, em seus diferentes

desenhos, e mesmo quando não existe...) é o lócus do desenvolvimento da personalidade, sendo imprescindível considerarmos, na sua própria constituição, a teoria do sujeito, uma análise constitutiva do sujeito, que supere a visão do sujeito como um ser que possui realidade pré-discursiva e deve ser considerado por meio da história. Foucault, em seu livro “A Verdade e as Formas Jurídicas”, relata:

[...] a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história (FOUCAULT, 2003, p. 10).

É o que passamos a discutir no tópico subsequente.

UMA TEORIA DO SUJEITO

Em sua filosofia, Michel Foucault trabalhou com conceitos de Governo, Governabilidade e Governamentabilidade e insistiu que a interconectividade de nossas vidas, a primeira lição de todo governo, até do Governo da Alma (categoria analítica central de Foucault) e, especialmente, do Autogoverno, é aprendida primeiramente e mais completamente “em casa”. Esta “casa”, seja ela qual for, é a primeira escola. Em outras palavras, o Sujeito não seria preexistente ao social e não deve ser concebido como “desde sempre” nem como algo de formação certa e determinada. O próprio Sujeito cria sua intersubjetividade por intermédio das relações sociais que produz, participa e mantém, a exemplo daquelas experienciadas no ambiente da família. Esse processo, permeado de um jogo de fatores externos e internos, envolve também a produção de certa Alteridade. Por isso, Foucault debruçou-se sobre assuntos relacionados ao poder e descreveu, nem sempre diretamente, a importância da Família para o governo e para a sociedade. Isso ficou claro em seu livro “Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento”, quando relata:

Portanto, ela [a Família] não é mais um modelo; é um segmento, segmento simplesmente privilegiado porque, quando quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar. Mas, de modelo, a família vai se tornar instrumento, instrumento privilegiado para o governo das populações e não modelo quimérico para o bom governo. Esse deslocamento da família do nível de modelo para o nível de instrumento é absolutamente fundamental. E é de fato a partir de meados do século XVIII que a família aparece nessa instrumentalidade em relação à população (FOUCAULT, 2013, p. 139). “Grifos nossos”.

Importante lição que temos aqui é que a história e a política hoje se escrevem e se inscrevem a partir da vida privada, que obviamente começa e termina na família ou na ausência dela. E, assim, a principal razão política dos Estados democráticos e dos não democráticos contemporâneos está na vida privada e, portanto, na família – Antes da escola! Para nós, pesquisadores sociais, isso faz toda a diferença.

Agora já podemos entrar numa discussão das Políticas Curriculares e das Reformas Educacionais, no âmbito da Gestão Educacional, da Sociologia do Currículo e da Economia Política. É preciso resgatar detalhes das políticas educacionais, sendo elas um espaço estratégico de produção de conhecimento, de formação de pensamento e de articulação de forças nas sociedades. Há certamente e também no seu interior uma estratégia de governo que não se circunscreve apenas ao formal da Administração Pública, mas que imprime concepções e produz uma **Epistemologia Social**. Aí se envolvem desde aqueles que as propõem, aqueles que as transportam por níveis intermediários e aqueles que as praticam na forma de aulas, de brincadeiras, de supervisões locais etc.

Epistemologia social é um conceito proposto por Popkewitz (1997, p. 23), ao se referir ao estudo sócio-histórico do conhecimento. Sua proposta de socializar a epistemologia denota uma categoria conceitual e metodológica que se refere ao social e não ao sujeito autônomo, a partir da necessidade de se compreender o sujeito não como produto, mas como sujeito das relações sociais – sujeito sociocultural–imaginário. Epistemologias sociais, nesta perspectiva, são apresentadas como **sistemas** ou *epistemes* que ordenam, formulam e moldam o mundo, dando-lhe um sentido de homogeneidade e universalidade; um solo sobre o qual nascem e se reproduzem os saberes (POPKEWITZ, 1997, p. 209).

Episteme, ou os históricos *a priori*, em grego significa o conhecimento científico ou, ainda, a ciência. Como um corpo de conhecimento, Michael Foucault incorporou a esse conceito a noção de tempo, assim se referindo a um conjunto de ideias presentes em certo momento da história e que estariam relacionadas entre si direta ou indiretamente. Confrontadas umas com as outras, desenvolvem-se no confronto, podendo ser vistas como os *a priori* históricos que são responsáveis pela formação de discursos específicos. Relacionar assuntos epistemológicos com os conteúdos históricos e sociais é tomar a *episteme* produzida em um tempo e em um espaço individual e coletivo. Portanto, compreender o que acontece com o indivíduo nos processos de ruptura e continuidade da história clarifica a noção de **novo** ser humano que é produzido através do controle do *self*, disciplinando os interesses como um problema de epistemologia social.

[...] a epistemologia analisa as regras e padrões de acordo com as quais é formado o conhecimento sobre o mundo. As distinções e categorizações que organizam as percepções, as formas de agir e as concepções de self são um ponto básico. A epistemologia social coloca os objetos construídos, como o conhecimento da escolarização, em padrões historicamente formados e nas relações de poder. As afirmações e as palavras não são símbolos ou significantes que fazem referência e fixam coisas, mas são formas de prática social (POPKEWITZ, 1997, p. 233-4).

Tratar deste assunto implica buscar a Teoria Social do final do último milênio, a qual anuncia um **novo** tempo. Referindo-nos aos padrões institucionais sociais, esse tal **novo** se imbui de uma heterogeneidade que se expressa na coexistência de novos e de velhos elementos (padrões estruturais), o que impõe estratégias de naturezas material e simbólico-cultural para que o **novo** se consolide. Tendências diversificadas caracterizam esse **novo** mundo: a mundialização da Economia com o rompimento das barreiras econômicas, a fusão de empresas em favor da criação de grandes oligopólios e **novas** relações de produção, baseadas no empreendimento cooperativo e monopolista; a ampliação do setor de serviços; a **nova** divisão social do trabalho e as formas mutáveis do trabalho; a realocação das temáticas sociais; outras abordagens para a inteligência humana; métodos diferenciados de aprendizagem, a era da comunicação instantânea; novas perspectivas de lazer; enfim, a produção de um **novo** ser humano. Como diz Chesnais (1996), comportamento e pensamento cada vez mais se universalizam, como cada vez mais se universalizam também o capital e as suas estruturas sociopolíticas. Não se trata de transformações periféricas ou superficiais, mas profundas; ainda que mantenham algumas estruturas, justapondo-se às novas, há uma evidente instabilidade política e social muito mais acentuada que nos períodos anteriores. Há uma ditadura de significados e de aparências, mudanças no espaço/tempo que modificam o universo sociocultural.

É a partir dessas referências que podemos afirmar que a reforma estrutural, como prática política e social, passa, pelo menos, oito provisões:

- A constituição de uma nova Ciência Política, que, resgatando conceitos no interior da Teoria Liberal, da Economia Política Clássica, do Constitucionalismo e da Sociologia, refaz o olhar da cientificidade. O ponto central é a exigência de mais pesquisa estatística sobre o assunto.
- ✓ A resignificação do conceito de crise e de mudança social.
- ✓ O redirecionamento da legislação e a legalidade social que ela garante, no sentido de proporcionar aparatos jurídicos e aumentar o controle direto dos governos locais sobre as políticas e conteúdos das ações, embora se fale de autonomia, descentralização, universalização etc.
- ✓ A tecnificação do espaço político, colocando áreas estratégicas (como a educação) no

centro das decisões das políticas orientadas pelos organismos multilaterais.

- ✓ A nova relação de custo da formação com outra agenda de financiamento em meio ao ajuste estrutural, criando projetos que decretaram uma passagem de certas obrigações para a esfera privada.
- ✓ Os acordos institucionais que se estabeleceram, permitindo uma cadeia de novos contratos sociais, pactos entre o Estado, o capital e o trabalhador em torno de interesses específicos.
- ✓ A necessidade de desenvolvimento e expansão de capital produtor de mercadorias.
- ✓ Uma infraestrutura profissional – uma profissionalização do profissional – tem apoiado este movimento e seus modelos como formas de alterar a prática, por exemplo, dos gestores públicos.

E é nesse **novo** mundo que a temática da Subjetividade – um conceito intrinsecamente ligado à construção do sujeito, do ser social, e à sua historicidade – articula, a um só tempo/processo, certa individualidade e uma vida coletiva. É recolocada a partir da interação entre o sujeito e as **novas** tecnologias sociais. Seu foco recai sobre o modo como é engajada no discurso que, na matriz foucaultiana, se apresenta como aquela modalidade do real que deve ser apreendida em sua materialidade, com operações de poder e como uma produção histórica; como um conjunto de enunciados que, à medida que se apoiam na mesma formação discursiva, produzem determinado tipo de saber. Melhor explicando, quando diferentes objetos e diferentes informações nos chegam, nos remetem a **novos** padrões de condutas e valores, nos impregnam de um **novo** existir na sociedade e se fazem presentes no nosso cotidiano, modificando-nos, novamente rearticulando nosso imaginário e tornando-nos outros. Tornam-se saberes.

Portanto, analisar Políticas Públicas Educacionais, bem como seus desdobramentos para outros campos, como a relação entre Família e Sociedade, importa, de uma parte, compreender as transformações que se processam na sociedade – pela identificação dos espaços em que essas mudanças ganham sentido na prática social – e as ações políticas e administrativas microestruturadas. Não podemos nos privar de considerar o contexto conjuntural que produz tais políticas e as impulsiona e as novas relações sociais construtoras de um **novo** sujeito (individual e coletivo) e reconstrutoras da cultura, procurando estabelecer a devida relação entre o processo de reordenamento social em curso e as implicações que essa **nova** conformação econômica, política e cultural impõe. De outra parte, importa relacionar as Políticas Públicas Educacionais à gestão social e à reforma do Estado e aos padrões de regulação social presentes nos processos de escolarização. E isso requer compreensão da

relação entre a mudança educacional e o conhecimento produzido/reproduzido ao se romperem/manterem padrões estruturais.

Essas políticas envolvem reordenamento do conhecimento e se relacionam, por sua natureza discursiva, com uma produção/reprodução de saber entre os sujeitos, espaço potencial para se estabelecerem relações de poder. Apresentam estratégias que permitem ao sujeito ver, sentir, representar, refletir sobre elas. Articulam uma produção das formas como esse mesmo sujeito, no processo de gestão, interpreta a si mesmo e se constitui como tal, dotando-se de uma experiência de si, que faz com que pense e aja de determinada maneira (LARROZA, 1994, p. 37-9).

São estabelecidos dois níveis de gestão intrinsecamente relacionados – a supervisão direta pelo Estado e uma reorganização social e epistemológica da produção de uma **nova disciplina** social e de uma **nova** cultura. Nesse sentido, é importante desvendarmos a conexão entre o discurso que redefine a gestão dos programas de políticas públicas e as formas de apropriação desse discurso, a fim de buscarmos uma compreensão mais aprofundada sobre como a tradução de dada política, em ações políticas, legitima uma prática discursiva e se torna um espaço de luta. É necessário, portanto, identificarmos os prognósticos, em nível da organização social, que demandam determinada forma de organização do discurso político e o seu estabelecimento como uma **verdade** que deva ser aceita. Entre essas condições, incluímos, além das diretrizes teóricas e metodológicas que orientam a sua produção, aspectos relativos ao contexto em que será inserida essa organização – aspectos de naturezas pedagógica, administrativa, institucional, social, afetiva, moral, ética e política.

As formas que têm tomado os projetos políticos de diferentes governos e outras instituições não são dadas por acaso. Eles surgem como produto de relações pautadas em interesses sociais de grupos específicos instalados no conjunto da sociedade. É necessário, portanto, estabelecermos, como eixo analítico, a indicação da gestão pública como espaço de práticas instituídas que se tornam padrões institucionais – projetos, programas, normas, leis, comportamentos, enfim, que se tornam o *habitus* de determinado grupo social – e instituintes, ou seja, práticas que se fazem e se discutem e ao mesmo tempo se acreditam e se rejeitam. *Habitus*, segundo Bourdieu (1996, p. 48), são disposições, indicam uma tendência, um comportamento, uma possibilidade que existe, especialmente, dentro dos grupos de *status*. É um sistema de operações diferenciadas que definem os diferentes grupos e suas posições na sociedade, suas práticas e os bens que possuem. Seria o “organismo do qual o grupo se apropriou e que é apropriado ao grupo [...] instrumento de um grupo, [...] adquirido pelos

predecessores, ou, simplesmente, os predecessores nos sucessores” (BOURDIEU, 1998, p. 113).

Podemos afirmar aqui que os sistemas públicos com suas políticas não são somente reprodutores de discursos e práticas elaborados em outros campos, mas também locais que produzem seu próprio discurso e suas práticas e que podem até resistir a eles. O projeto de reforma social recente redefine o papel do Estado e defende a **modernização** da gestão política pela promoção da subjetividade por um quadro de aparatos burocráticos e normativos legais e pela produção discursiva, alicerçada nos princípios de democratização e universalização, na afirmação de que são necessários uma **nova** gestão e **novos** padrões de formação social.

Assim, qualquer esforço de pesquisa sobre a relação entre Família e Sociedade precisa passar também pela captação da expressão do projeto político nas práticas que compõem seu círculo de normatividade, seja a partir da definição dos diagnósticos que dão legitimidade às mudanças pretendidas, seja pelos aspectos relacionados à preparação dos sujeitos ou, ainda, seja pela forma como o Estado nomeia os problemas, as causas e as soluções propostas em seu discurso, os quais exigem reformas e oferecem recomendações. É necessário um reexame dos padrões desse discurso relacionados às condições culturais, sociais e econômicas, para identificar a mudança social presente nas metodologias utilizadas e empreender o que o Estado considera como mudança social “eficiente”. Trata-se de uma análise que pode permitir a compreensão de como todo esse processo se fundamenta por estratégias de sensibilização e por meio da busca de cientificidade.

Portanto, acreditamos ser fundamental, em pesquisa social, construir análises que recomponham quadros **epistemológicos** ou uma teoria da subjetividade/intersubjetividade, estabelecendo relação entre uma teoria das formações sociais e os significados que os sujeitos atribuem a elas. No interior dessa relação estão articulados os processos constitutivos de certa Governamentabilidade, ou seja, **táticas de governo** que possibilitam definir o que deve ou não competir com o Estado, o que é público ou privado, um encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de **si**, modos de ações de uns sobre as ações dos outros. Essa governamentabilidade está posta na mudança institucional empreendida em algum sistema – educacional, de saúde, de geração de emprego e renda etc. (FOUCAULT, 1986, p. 291).

Acreditamos, assim, que políticas públicas se estabelecem como algo a ser feito, a se concretizar em termos de resultados mensuráveis, mas conjugam uma construção histórica em perspectiva e mantêm certa racionalidade, exatamente no significado que têm para o processo

de formação do Estado. E é do processo de formação do Estado e de sua relação com a sociedade que falamos todo o tempo quando tratamos de família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinarmos os **novos** padrões de gestão da educação, nosso interesse centra-se nos efeitos do poder que ocorrem através das estratégias normativas instituídas e instituintes – jurídicas e administrativas – para reorganizar a educação. Essas estratégias, como parte das **novas** relações institucionais, promovem a regulação social não somente considerando o seu possível uso como planificação das práticas, mas também a partir da forma como se organizam os acordos estruturados para obter determinado perfil de escolarização.

Se o sistema educativo não é somente reprodutor de discursos e práticas elaborados em outros campos, mas também um local que produz seu próprio discurso e suas práticas e que pode até resistir a eles; e se a cultura institucional do sistema educativo é composta de modos de pensar, de relações de autoridade, de comportamentos, de formas de entender o conhecimento, de interesses e é também espaço de lutas entre grupos e suas ideias, uma Reforma Educacional não pode ser explicada somente pelas pressões externas, mas também pelas influências que têm as especificidades das condições internas do campo que fazem parte da ecologia de todo o sistema educacional. Existe um referencial hegemônico, localizado no interior das decisões que se consolidam no encontro/desencontro de saberes dos sujeitos, acumulados em sua bagagem cultural e por suas práticas.

Assim, quando a relação família–escola se torna a tônica de determinadas políticas públicas, como tem sido neste momento com o estabelecimento do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) e com a instituição da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017; BRASIL, 2019), é imprescindível ampliarmos o debate sobre como tratar este tema. O PNE faz referência à família em 16 passagens, e a BNCC traz uma ideia, ainda não muito clara, de Educação Integral, além de propor, entre seus fundamentos pedagógicos, o desenvolvimento da “Competência Socioemocional” em uma concepção de Educação a partir das interações do **eu** com o mundo e com atenção à diversidade de saberes e vivências culturais. Refere-se também a outras 10 Competências Gerais, voltadas algumas delas para o trabalho, projeto de vida, empatia, cooperação, responsabilidade e cidadania. Ora, esses são temas do espectro da vida social, como também da vida familiar, o que nos instiga, pois conduz a uma reflexão acerca da aproximação (ou afastamento) entre as lógicas da Escola e as lógicas da família, enquanto possível explicação para as trajetórias individuais e

coletivas. Aqui chamamos a atenção para a necessidade de compreendermos o que é a cultura escolar, através do sistema educacional, organizado e reorganizado por políticas governamentais e, portanto, planejadas e implementadas por uma hegemonia dominante que, no nosso entendimento, legitima apenas determinado modo de ser, conviver e relacionar-se com o saber, fazendo das demais culturas alheias ao processo escolar. Assim, não é possível compreendermos a relação entre família e escola de maneira simplista e reducionista. Ela precisa ser pensada de forma complexa e dialética, envolvendo o contexto em que as escolas e as famílias se localizam.

As formas que têm tomado os projetos político-pedagógicos não são dadas por acaso, pois surgem como produto de relações pautadas em interesses sociais de grupos específicos instalados no conjunto da sociedade brasileira. É necessário, portanto, estabelecermos, como eixo analítico, a indicação da gestão educacional como espaço de práticas instituídas que se tornam padrões institucionais de determinado grupo social, como também das práticas que se fazem e se discutem e ao mesmo tempo se acreditam e se rejeitam.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Social space and symbolic power. 4. ed. **Sociological Theory**, v. 7, n. 1, p. 14-25, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas** – Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Trad. por Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Trad. por Sérgio Miceli. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://mec.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://mec.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL – **Plano Nacional de Educação** – PNE. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://mec.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. 2. ed. Trad. por Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Mariza. Gênero, genealogias & as novas famílias. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, PR, Universidade Estadual de Londrina, v. 17, n. 1, p. 191-215, 19 jul. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2012v17n1p191>.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Org. e trad. por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. 3. ed. São Paulo: Forense, 2013.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LARROZA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomás Tadeu da. (org.). **O sujeito da educação – Estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 35-86.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1983.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. por Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional – Uma sociologia política: poder e conhecimento em educação**. Trad. por Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

WITTIG, Monique. **The straight mind and other essays**. Boston: Beacon Press, 1992.